



SOLO RURAL

-  Espaço Florestal de Produção
-  Espaços de Exploração de Recursos Geológicos




SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO



-  Espaços Urbanos de Baixa Densidade
-  Espaço de Actividades Económicas
-  Espaço de Actividades Económicas com Regime Restritivo

Espaços de Uso Especial

Equipamentos de Utilização Colectiva

-  Polidesportivo N.º Sr.ª dos Aflitos
-  Casa de Cantoneiros
- Infra-estruturas
-  Sub-Estação Elevatória e Depósito de Água

SOLO URBANIZÁVEL





-  Espaços de Actividades Económicas
-  Espaços Verdes de Utilização Coletiva


-  Espaços Canais

Rede Rodoviária

-  Rede Rodoviária Nacional
-  Rede Rodoviária Municipal
- Rede Rodoviária Proposta
-  Vias Propostas
-  Nós Viários a Reformular
-  Rotunda Proposta

Sub-unidades Operativas de Planeamento e Gestão

-  SUOPG 1 - Pólo Industrial do Granito
-  SUOPG 2 - Pólo de Actividades Económicas da Presa
-  SUOPG 3 - Pólo de Actividades Económicas de Arcozelo
-  SUOPG 4 - Parque Natural e Turístico da Pedra

-  Linhas de Água


-  Limite do Plano

Planta do PU das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas - Zonamento (Anexo I - Planta de Proteções)

LEGENDA

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

 Estrutura Ecológica Principal


 Estrutura Ecológica Secundária

ZONAMENTO ACÚSTICO

 Zonas Mistas

 Zonas Sensíveis

 Espaço de Atividades Económicas

 Espaço de Exploração de Recursos Geológicos

Informação complementar

 Vias Propostas

 Linhas de Água

 Limite do Plano

Planta do PU das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas - Condicionantes

LEGENDA

RECURSOS NATURAIS

 Domínio Hídrico (Leito e Margem)


RECURSOS GEOLÓGICOS

 Massas Minerais (Pedreiras)

RECURSOS FLORESTAIS

 Regime Florestal


Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios

 2004, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 (sem ocorrências)

 2005

 2007

Classes de Perigosidade de Incêndio Florestal


 Perigosidade Muito Alta

 Perigosidade Alta

RECURSOS ECOLÓGICOS

Reserva Ecológica Nacional

 Linhas de Água


 Outros Sistemas da REN

REDE RODOVIÁRIA


 Rede Nacional Fundamental - IP9 / A27


 Rede Nacional Complementar - EN 201

 Rede Municipal - EM 1240, EM 1249

 Zonas de Proteção

REDE ELÉTRICA

 Rede de Distribuição de Média Tensão

 Rede de Distribuição de Baixa Tensão

 Posto de Transformação MT/BT

 Limite do Plano

2 — A reclamação é apreciada pelo Município de Monforte no prazo de vinte e dois dias úteis, notificando o utilizador do teor da sua decisão e respetiva fundamentação.

3 — Discordando da decisão ou da deliberação tomada, pode o interessado dela recorrer, nos termos da legislação em vigor.

4 — Os serviços de atendimento ao público dispõem de um livro de reclamações, onde os utilizadores podem apresentar as suas reclamações.

5 — Para além do livro de reclamações o Município de Monforte disponibiliza mecanismos alternativos para a apresentação de reclamações que não impliquem a deslocação do utilizador às instalações da mesma, designadamente através do seu sítio na Internet.

Artigo 69.º

Recurso da decisão de aplicação de coima

A decisão que aplique uma coima é suscetível de impugnação judicial, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 70.º

Casos omissos

Em tudo o omissos neste Regulamento é aplicável o disposto na legislação em vigor

Artigo 71.º

Norma revogatória

São revogadas todas as normas regulamentares que contrariem o disposto no presente Regulamento.

Artigo 72.º

Norma transitória

1 — Aos processos que decorram nos Serviços da Câmara Municipal de Monforte à data da entrada em vigor do presente regulamento é aplicável o regime anteriormente vigente.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a requerimento do interessado pode o Presidente da Câmara autorizar a que aos procedimentos em curso se aplique o regime constante do presente Regulamento.

Artigo 73.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia vinte do mês seguinte ao da sua publicação.

30 de abril de 2015. — O Presidente da Câmara, *Gonçalo Nuno Ribeiro Brandão Amanso Pataca Lagem*.

ANEXO I

Parâmetros de dimensionamento de equipamentos de deposição de resíduos urbanos

Tipo de edificações	Produção diária
Habitações unifamiliares e plurifamiliares	1,0 kg/hab.dia
Comerciais:	
Edificações com salas de escritório	1,0 l/m ² .Au
Lojas em diversos pisos e centros comerciais	1,5 l/m ² .Au
Restaurantes, bares, pastelarias e similares	0,75 l/m ² .Au
Supermercados.	0,75 l/m ² .Au
Mistas.	a)
Hoteleiras:	
Hotéis de luxo e de cinco estrelas	18 l/quarto ou apartamento
Hotéis de três e quatro estrelas.	12 l/quarto ou apartamento
Outros estabelecimentos hoteleiros	8 l/quarto ou apartamento

Tipo de edificações	Produção diária
Hospitalares:	
Postos médicos e de enfermagem, consultórios e policlínicas, clínicas veterinárias.	1,0 l/m ² .Au b)
Educacionais:	
Colégios, creches e infantários	2,5 l/m ² .Au

a) Para as edificações com atividades mistas, a produção diária é determinada pelo somatório das partes constituintes respetivas;

b) Resíduos sólidos não contaminados equiparáveis a RSU;

c) Todas as situações especiais omissas serão analisadas caso a caso.

Sendo:

Au = Área útil;

L = Litros;

m² = metros quadrados.

208705576

MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA

Aviso n.º 6505/2015

Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas

(Plano de Urbanização das Pedras Finas)

Victor Manuel Alves Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima: Torna público, nos termos da alínea d), do n.º 4 do artigo 148.º, do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atualizada, que, sob proposta da Câmara Municipal de 30 de março de 2015, a Assembleia Municipal de Ponte de Lima, aprovou por unanimidade na sua reunião de 24 de abril de 2015 o Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas/Plano de Urbanização das Pedras Finas que se publica (regulamento, planta de Implantação, planta de proteções e planta de condicionantes).

04 de junho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Victor Mendes, Eng.*

Deliberação

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e quinze, a Assembleia Municipal de Ponte de Lima, reunida em sessão ordinária, discutiu e votou a Proposta de Aprovação do Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras Finas. Sujeito a votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e três votos a favor, e cinco votos contra.

24 de abril de 2015. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Professor Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo*.

Regulamento

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito Territorial

1 — O presente Plano de Urbanização, adiante designado por Plano, concretiza a política de ordenamento do território e urbanismo definida no Plano Diretor Municipal e fornece o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas, o regime de uso do solo e os critérios de transformação da área de intervenção delimitada na Planta de Zonamento.

2 — As disposições deste Regulamento são aplicáveis cumulativamente com a demais legislação em vigor, em função da natureza e inserção da implantação da operação urbanística, ou de qualquer outra ação com incidência na área de intervenção, sendo utilizados os conceitos fixados no Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio.

Artigo 2.º

Objetivos

A elaboração do presente Plano de Urbanização tem por objetivo:

- a) Contribuir para o zonamento geral e organização espacial da área de intervenção;
- b) Estabelecer uma estrutura de zonamento funcional que permita a instalação de atividades económicas diversificadas, assim como dos equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas necessárias ao seu desenvolvimento;
- c) Desenvolver propostas de organização espacial e funcional da área definida para localização de indústrias de transformação e de comercialização de granito;
- d) Diversificar e modernizar os setores económicos, pela proximidade das acessibilidades, e possibilitar a realocação das atividades industrial e empresarial.

Artigo 3.º

Composição do plano

1 — O plano é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Zonamento e, respetivo Anexo I que dela faz parte integrante — Planta de Proteções;
- c) Planta de Condicionantes.

2 — Acompanham o plano os seguintes elementos:

- a) Relatório Justificativo;
- b) Programa de Execução e Financiamento;
- c) Extrato do Plano Diretor (Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes e Anexo I e II);
- d) Relatório de Caracterização;
- e) Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico;
- f) Planta de Enquadramento;
- g) Planta de Festos e Talvegues;
- h) Planta Hipsométrica;
- i) Planta de Rede Viária;
- j) Planta de Infraestruturas;
- k) Planta da Situação Existente;
- l) Mapa de Ruído/Conflito — Lden;
- m) Mapa de Ruído/Conflito — Ln;
- n) Mapa de Ruído Futuro — Lden;
- o) Mapa de Ruído Futuro — Ln;
- p) Carta da Estrutura Ecológica do Aglomerado;
- q) Planta de Sobreposição de Áreas Percorridas por Incêndios com Solo Urbano;
- r) Planta de Sobreposição do Regime Florestal;
- s) Planta de Sobreposição da Carta de perigosidade com Solo Urbano;
- t) Ficha de Dados Estatísticos;
- u) Relatório dos Compromissos Urbanísticos;
- v) Participações recebidas em sede de discussão pública e relatório de ponderação.

Artigo 4.º

Instrumentos de Gestão Territorial a observar

No âmbito da elaboração do presente Plano foram observadas as disposições e orientações estratégicas dos instrumentos de gestão territorial em vigor de âmbito supramunicipal, nomeadamente:

- a) Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e alterado pela Lei 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto;
- b) Plano da Bacia Hidrográfica do Minho (PBH do Minho), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2001, de 5 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de retificação n.º 21-D/2001, de 31 de dezembro;
- c) Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROF — AM), aprovado pelo Decreto regulamentar n.º 16/2007, de 28 de março;
- d) Plano Diretor Municipal, ratificado através da RCM n.º 81/2005, DR n.º 63 IS — B, de 31/03/2005, com Declaração de Retificação n.º 43/2005, de 30 de maio, 1.ª Retificação publicada pelo Aviso n.º 22988/2010, DR n.º 218 — II S, de 10/11/2010 e 1.ª Alteração, publicada pelo Aviso n.º 4269/2012, DR n.º 55 — II S, de 16/03/2012.

Artigo 5.º

Relação com o PDM em vigor

Na área plano de urbanização, definida na planta de zonamento, vigoram as regras definidas no presente plano, mantendo-se, no entanto em vigor, o Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima em todos os domínios em que o presente Plano seja omissivo.

TÍTULO II

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Artigo 6.º

Identificação

Na área do Plano serão observadas as disposições referentes às servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso do solo constantes da legislação em vigor e no presente Regulamento, nomeadamente as assinaladas na Planta de Condicionantes:

- a) Recursos Naturais:
 - i) Domínio Hídrico (Leito e Margem);
- b) Recursos Geológicos:
 - i) Massas Minerais (Pedreiras).
- c) Recursos Florestais:
 - i) Regime Florestal;
 - ii) Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios;
 - iii) Classes de Perigosidade de Incêndio florestal alta e muito alta.
- d) Recursos Ecológicos:
 - i) Reserva Ecológica Nacional
 - 1) Linhas de água;
 - 2) Outros sistemas da REN.
 - e) Rede Rodoviária:
 - i) Rede Nacional Fundamental — IP9/A27, para efeitos de servidão rodoviária, são aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 234/2001, de 28 de agosto;
 - ii) Rede Nacional Complementar — N 201, para efeitos de servidão rodoviária, são aplicáveis as disposições da alínea c) do seu artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de janeiro.
 - iii) Rede Municipal — EM 1240, EM 1249 e EM 1240-1, para efeitos de servidão rodoviária, são aplicáveis as disposições da Lei n.º 2110/1961, de 19 de agosto.
 - f) Rede Elétrica:
 - i) Linhas aéreas elétricas a 15 KV.

Artigo 7.º

Regime

A ocupação, uso e transformação do solo nas áreas abrangidas pelas servidões administrativas e restrições de utilidade pública rege-se pelos regimes jurídicos específicos aplicáveis, cumulativamente com as disposições do Plano que com eles sejam compatíveis.

TÍTULO III

Espaços comuns ao solo urbano e solo rural

CAPÍTULO I

Espaços-canais

Artigo 8.º

Identificação e regime

1 — Os espaços-canais identificados na Planta de Zonamento correspondem às áreas de solo afetas às infraestruturas territoriais de de-

envolvimento linear e são qualificados por categorias que integram o solo rural e o solo urbano.

2 — A área do plano é atravessada pela EN 201 e pelos acessos ao IP9/A 27 que integram, respetivamente a rede rodoviária nacional complementar e fundamental.

3 — A distribuição da área do plano para a sua envolvente faz-se através da rede rodoviária municipal sendo constituída pela EM 1240, EM 1249 e pela EM 1240-1.

4 — Nos traçados viários propostos, destinados à nova inserção da EM 1240-1 na EN 201, definidos através da execução de uma rotunda e dos traçados de distribuição definidos na ligação da SUOPG 1 com a EN 201, admitem-se pequenos ajustes, em sede de projeto de execução, por razões técnicas.

5 — As vias que integram a rede rodoviária nacional aplica-se o estabelecido na lei, em matéria de defesa e proteção ao património rodoviário, espaços canais e servidões, nomeadamente as que sujeitam qualquer intervenção direta e indireta nestas vias a parecer e aprovação das entidades competentes.

6 — Todos os projetos e intervenções que incidam na rede rodoviária nacional devem respeitar as Normas Técnicas que dimanam das entidades competentes e ser previamente sujeitos à sua aprovação.

CAPÍTULO II

Estrutura ecológica do aglomerado

Artigo 9.º

Identificação

1 — A estrutura ecológica do Aglomerado definida no plano é constituída pelo conjunto de áreas que asseguram as funções dos sistemas biológicos e da estrutura biofísica do território, permitindo assegurar uma estratégia de ordenamento e contribuir para a valorização ambiental e paisagística salvaguardando os valores naturais em presença e necessários ao equilíbrio ecológico da área de intervenção.

2 — Considerando as características de ocupação do solo, bem como as propostas efetuadas, integram a estrutura ecológica os seguintes tipos:

- a) Estrutura ecológica principal;
- b) Estrutura ecológica secundária.

SECÇÃO I

Estrutura Ecológica Principal

Artigo 10.º

Identificação e regime

1 — A estrutura ecológica principal definida no plano engloba áreas florestais que efetuam a continuidade ecológica com o solo rural e asseguram o *continuum* do sistema natural.

2 — Nestas áreas, sem prejuízo da legislação aplicável e dos usos atuais, é interdito:

- a) Edificação de novas construções, exceto nos acasos a que se refere o número seguinte deste artigo;
- b) Licenciamento de atividades industriais extrativas;
- c) Instalação de qualquer atividade que comprometa a qualidade do ar, da água, do solo e da paisagem, nomeadamente depósitos de inertes de qualquer natureza ou o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado de acordo com as normas em vigor.
- d) A instalação de atividades que conflituem quer direta, quer indiretamente com a atividade de exploração de pedreiras e com a atividade de transformação das massas minerais aí exploradas, que se localizem na proximidade.

3 — Nestas áreas, sem prejuízo da legislação aplicável admite-se:

- a) Instalação de infraestruturas básicas;
- b) Percursos pedonais e caminhos agrícolas ou florestais, desde que a sua pavimentação garanta a permeabilidade do solo;
- c) Novos arruamentos desde que não exista alternativa viável fora destas áreas, não podendo o seu perfil transversal tipo ser superior a 6,0 metros;
- d) Atividades turísticas e de lazer associadas ao aproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas, como parques e áreas de recreio e lazer;
- e) Arborização com espécies florestais e respetivos modelos de silvicultura definidos no PROF Alto Minho.

SECÇÃO II

Estrutura Ecológica Secundária

Artigo 11.º

Identificação e Regime

1 — A estrutura ecológica secundária definida no plano, engloba as áreas verdes de utilização coletiva e as áreas florestais de pequena dimensão contíguas ao solo urbano e têm como objetivos a promoção, preservação, proteção da componente ecológica, a da valorização ambiental das zonas de maior sensibilidade biofísica assim como a promoção dos sistemas de lazer e recreio.

2 — Nestas áreas, sem prejuízo da legislação aplicável e dos usos atuais, é interdito:

- a) Edificação de novas construções, exceto nos acasos a que se refere o número seguinte deste artigo;
- b) Licenciamento de atividades industriais extrativas;
- c) É proibida a descarga de entulho e a instalação de parques de sucata e depósitos de materiais de construção ou de combustíveis;
- d) Instalação de qualquer atividade que comprometa a qualidade do ar, da água, do solo e da paisagem, nomeadamente depósitos de inertes e de materiais de qualquer natureza ou o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado de acordo com as normas em vigor.

3 — Nestas áreas, sem prejuízo da legislação aplicável admite-se:

- a) Instalação de infraestruturas públicas, nomeadamente redes de água, saneamento, eletricidade, telefone, gás e rodovias;
- b) Projetos de valorização ambiental ou paisagística;
- c) Construções de apoio às atividades processadas nas áreas verdes, desde que:
 - i) O índice de utilização não seja superior a 0,06;
 - ii) A área de solo impermeabilizada seja igual ou inferior a 10 %;
 - iii) A altura da edificação não ultrapasse 1 piso acima da cota de soleira e 5 metros.

TÍTULO IV

Classificação e qualificação do solo

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 12.º

Identificação

A área abrangida pelo plano, de acordo com a delimitação realizada na Planta de Zonamento, enquadra-se nas classes de solo rural e solo urbano.

Artigo 13.º

Qualificação do solo rural

A qualificação do solo rural processa-se através da integração nas seguintes categorias funcionais, em função da sua aptidão utilização dominante, tal como delimitado na Planta de Zonamento:

- a) Espaço florestal de produção;
- b) Espaços para exploração de recursos geológicos.

Artigo 14.º

Qualificação do solo urbano

1 — O solo urbano integra as seguintes categorias operativas identificadas na planta de zonamento:

- a) Solo urbanizado;
- b) Solo urbanizável.

2 — O solo urbanizado identificado corresponde a áreas com funções urbanas, que se encontram total ou parcialmente infraestruturadas, integrando as seguintes categorias funcionais:

- a) Espaços Urbanos de Baixa Densidade;
- b) Espaço de Atividades Económicas;
- c) Espaços de Uso Especial.

3 — O solo urbanizável integra as seguintes categorias funcionais:

- a) Espaços para Atividades Económicas;
- b) Espaços Verdes de Utilização Coletiva.

Artigo 15.º

Condições gerais de edificabilidade

1 — A edificabilidade num prédio depende da verificação cumulativa das seguintes condições:

- a) A sua dimensão, configuração e características topográficas naturais sejam adequadas ao aproveitamento previsto, em boas condições de funcionamento;
- b) Seja servido por via pública e infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento e de eletricidade, individuais ou coletivas.

2 — No licenciamento ou comunicação prévia de edificações em parcelas constituídas ou loteamentos que não impliquem a criação de novos arruamentos, serão asseguradas as condições adequadas relativas ao acesso de veículos e de peões, prevendo-se, quando necessário, a beneficiação do arruamento existente a cargo dos interessados.

3 — As infraestruturas a executar pelos requerentes serão obrigatoriamente ligadas às redes públicas.

Artigo 16.º

Preexistências

1 — Para feitos de aplicação do plano consideram-se preexistências as atividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que cumpram, à data da sua entrada em vigor, qualquer das seguintes condições:

- a) Não carecerem de qualquer licença ou aprovação, nos termos da lei em vigor;
- b) Estarem licenciados ou aprovados pela entidade competente.

Artigo 17.º

Medidas de defesa da floresta contra incêndios

Visando a proteção e a defesa da floresta contra incêndios, nas SUOPG que confinam com espaço florestal e/ou que estão inseridas nas classes de perigosidade alta ou muito alta de incêndio florestal, aplicam-se as seguintes medidas:

- a) A edificação daquela área só será possível depois de estarem devidamente salvaguardadas e referenciadas as medidas de defesa da floresta contra incêndios;
- b) Estabelecimento de uma faixa de proteção de acordo com o disposto na legislação em vigor;
- c) Devem figurar as regras para o estabelecimento de medidas de redução do risco de incêndio, como condicionante prévia à respetiva urbanização;
- d) A implementação da faixa de gestão de combustível deverá ser da responsabilidade da entidade promotora da respetiva SUOPG.

CAPÍTULO II

Solo rural

Artigo 18.º

Identificação

O solo rural corresponde às áreas do plano com aptidão florestal e onde ocorrem recursos geológicos adequados à exploração.

SECÇÃO I

Espaço florestal de produção

Artigo 19.º

Identificação e regime

1 — No solo rural incluído na área do plano integram-se os solos com uso e aptidão florestal integrados no Espaço florestal de produção, no qual se privilegia a produção dos recursos florestais de acordo com o previsto no Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Alto Minho e no Plano Diretor Municipal em vigor.

2 — Esta área destina-se ao uso florestal, condicionado à exploração intensiva dos solos, não sendo permitidas quaisquer edificações, exceto nos seguintes casos:

- a) Destinadas à prevenção e combate de fogos florestais;
- b) Destinados à realização de infraestruturas, desde que aprovadas pelas entidades competentes;
- c) Projetos de valorização ambiental ou paisagística;
- d) Atividades turísticas e de lazer associadas ao aproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas, como parques e áreas de recreio e lazer.

3 — Em todas as atividades previstas, devem ser garantidas as condições de acesso, integração paisagística e o estacionamento previsto no artigo 37.º deste regulamento.

Artigo 20.º

Usos e atividades

1 — Estas áreas florestais deverão ser objeto de arborização com espécies florestais e respetivos modelos de silvicultura definidos no PROF Alto Minho.

2 — Nestas áreas não são permitidas operações de loteamento, admitindo-se, apenas edificações, em situações compatíveis e previstas em plano de gestão florestal aprovado pela autoridade florestal nacional, nas seguintes situações:

- a) De apoio à exploração florestal;
- b) Para fins industriais e de armazenagem conexos com a atividade agroflorestal.

3 — Aplicam-se os seguintes parâmetros de edificabilidade:

- a) A edificabilidade máxima corresponde ao índice de utilização do solo de 0,03 aplicado à área da parcela, não podendo a sua área exceder 10 % da área da parcela.

SECÇÃO II

Espaços de Exploração de Recursos Geológicos

Artigo 21.º

Identificação e regime

1 — A área destinada à exploração de recursos geológicos é uma área exclusivamente afeta à exploração de granito, vulgarmente designada por pedreira.

2 — A ocupação e utilização das áreas integradas nesta categoria subordinar-se-á, estritamente, ao permitido pelos condicionamentos impostos pela preservação das suas potencialidades geológicas, admitindo-se, complementarmente, o seguinte:

- a) Operação de gestão de resíduos diretamente ligada com a atividade instalada ou adequados para a requalificação ambiental da área;
- b) Atividades de transformação industrial ligadas à exploração instalada.

CAPÍTULO III

Solo urbano

Artigo 22.º

Categorias operativas e funcionais

1 — O solo urbano integra as seguintes categorias operativas:

- a) Solo urbanizado;
- b) Solo urbanizável.

2 — O solo urbanizado identificado corresponde a áreas com funções urbanas, que se encontram total ou parcialmente infraestruturadas, integrando as seguintes categorias funcionais:

- a) Espaços urbanos de baixa densidade;
- b) Espaço de atividades económicas;
- c) Espaços de uso especial.

3 — O solo urbanizável, corresponde a solo programado e integra as seguintes categorias funcionais:

- a) Espaços de atividades económicas;
- b) Espaços verdes de Utilização coletiva.

SECCÃO I

Disposições Comuns

Artigo 23.º

Zonamento acústico

1 — O zonamento acústico do solo urbano definido na Planta de Zonamento, no seu Anexo I — Proteções, delimita as zonas sensíveis e as zonas mistas, de acordo com o estabelecido no Regulamento Geral do Ruído.

2 — Às zonas definidas aplica-se o estabelecido na legislação específica.

3 — Para efeitos de aplicação do Regulamento Geral do Ruído, as zonas urbanas consolidadas são as definidas no artigo 26.º presente regulamento.

Artigo 24.º

Licenciamento de Indústrias e armazéns

1 — Admite-se a construção de edifícios para fins industriais desde que respeitem as seguintes condições:

- a) Pertença aos tipos definidos na lei em vigor, no caso de indústrias e sejam compatíveis com o uso dominante;
- b) A altura máxima de edificação não ultrapasse os 7,5 metros;
- c) O Índice de ocupação do solo não ultrapasse 60 % da área total do prédio.

SECCÃO II

Solo Urbanizado

Artigo 25.º

Categorias e subcategorias de espaços

Integram o solo urbanizado as seguintes categorias e subcategorias funcionais identificadas na planta de zonamento:

- a) Espaços urbanos de baixa densidade;
- b) Espaço de Atividades Económicas;
- c) Espaços de uso especial, integrando as seguintes subcategorias:
 - i) Equipamentos de Utilização Coletiva;
 - ii) Infraestruturas.

Artigo 26.º

Espaços urbanos de baixa densidade

1 — Os espaços urbanos de baixa densidade constituem áreas habitacionais existentes, sendo constituídas pela habitação e respetivo logradouro.

2 — Em novos edifícios e em edifícios existentes é permitida a utilização de atividades complementares da função habitacional, de atividades de hotelaria ou de atividades ligadas ao setor terciário ou industrial desde que compatível com o disposto no presente regulamento, garantindo-se o seguinte:

- a) Compatibilidade com as características tipológicas do edifício;
- b) As frações de uso comercial devem ter frente e acesso direto para o exterior;
- c) Previsão de acessos independentes do uso habitacional;
- d) O piso abaixo da cota de soleira destina-se exclusivamente a estacionamento, áreas técnicas e arrecadações das habitações e das atividades instaladas no edifício.

3 — Nos edifícios existentes é permitida a ampliação de 50 % da sua área de construção desde que cumpram os parâmetros previstos no número seguinte do presente artigo.

4 — Para os novos edifícios habitacionais são definidos os seguintes parâmetros:

- a) Tipologia unifamiliar;
- b) Índice de ocupação do solo de 60 %, com afastamento lateral mínimo de 5,0 m à estrema da parcela e posterior de 6,0 m e recuo à via pública de acordo com a legislação aplicável;
- c) Altura máxima da fachada de 7 metros.

5 — Nas áreas de estacionamento a criar aplicam-se os parâmetros definidos no artigo 37.º do presente regulamento.

6 — No desenvolvimento do desenho urbano a preconizar nos espaços localizados junto à EN 201 deve privilegiar-se, sempre que possível, o afastamento das habitações e a proximidade de usos de menor sensibilidade ambiental, designadamente de espaços verdes.

Artigo 27.º

Espaço de atividades económicas

1 — Os espaços de atividades económicas existentes destinam-se à construção de edifícios destinados instalações comerciais, industriais, de armazenagem, de serviços e de pequenas oficinas e usos complementares destas atividades, desde que sejam compatíveis entre si.

2 — Nestas áreas permitem-se novas edificações bem como obras de ampliação desde que:

- a) Tenham como finalidade complementar os serviços e atividades desenvolvidas;
- b) Seja garantida a correta integração urbana, nomeadamente quanto à volumetria, recuo e compatibilidade de usos com a ocupação envolvente;
- c) Seja garantida a satisfação do estacionamento necessário à atividade gerada, de acordo com o previsto no artigo 36.º do presente regulamento.
- d) O índice de utilização do solo, aplicado à parcela ou lote, não seja superior a 0,7;
- e) O Índice máximo de impermeabilização do solo, aplicado à parcela ou lote, seja de 65 %.

Artigo 28.º

Espaço de atividades económicas com regime restritivo

1 — Os espaços de atividades económicas com regime restritivo dizem respeito a áreas existentes destinadas exclusivamente à localização de indústrias de transformação de granitos.

2 — Estas áreas, no âmbito do desenvolvimento das suas atividades, restringem-se aos limites definidos na Planta de Zonamento, aplicando-se para o efeito os parâmetros de edificabilidade definidos no artigo 26.º, com exceção do índice de utilização do solo que, na presente categoria, corresponde a 0,5.

Artigo 29.º

Espaços de Uso Especial

1 — Os espaços de uso especial existentes, correspondem aos edifícios e espaços que se encontram afetos à instalação de equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas, seguidamente definidos:

- a) Equipamentos de Utilização Coletiva — Polidesportivo N.º Srª dos Aflitos e a Casa de Cantoneiros;
- b) Infraestruturas — Subestação elevatória e depósito de água.

2 — Nas subcategorias identificadas o uso dominante é o correspondente ao equipamento ou infraestrutura, admitindo-se a coexistência com outros usos que lhes estejam associados funcionalmente ou que constituam atividades complementares do equipamento ou infraestrutura existente e se desenvolvam no mesmo prédio.

SECCÃO III

Solo Urbanizável

Artigo 30.º

Espaços de Atividades Económicas

1 — Os espaços de atividades económicas propostos correspondem às áreas de expansão destinadas ao desenvolvimento de atividades económicas, podendo instalar-se ainda funções e usos complementares e de apoio às atividades económicas, tais como infraestruturas, equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva, desde que sejam compatíveis entre si e satisfaçam as condições de edificabilidade exigidas para o local definidas no artigo 36.º

2 — A definição das atividades complementares e de apoio às atividades económicas concretizar-se-á com a execução das Subunidades operativas de planeamento e gestão previstas e dos respetivos conteúdos programáticos desenvolvidos no artigo 35.º do presente regulamento, tendo em perspetiva um correto desenvolvimento destes espaços.

Artigo 31.º

Espaços Verdes de Utilização Coletiva

1 — Nesta categoria incluem-se os espaços verdes definidos na Planta de Zonamento que correspondem aos seguintes:

- a) Espaços verdes com valor na composição e compartimentação paisagística e na valorização do ambiente urbano;

b) Espaços verdes a prever, inseridos em loteamentos ou operações urbanísticas que nos termos de regulamento municipal sejam consideradas de impacte relevante.

2 — Sem prejuízo dos usos e atividades atuais e da legislação aplicável, nomeadamente do regime da REN, estabelecem-se para estes espaços as seguintes disposições:

- a) É interdita a edificação de novas construções, exceto nos casos a que se refere o número seguinte deste artigo;
- b) É interdito o licenciamento de atividades industriais extrativas;
- c) É proibida a descarga de entulho e a instalação de parques de sucata e depósitos de materiais de construção ou de combustíveis;
- d) É interdita a instalação de qualquer atividade que comprometa a qualidade do ar, da água, do solo e da paisagem, nomeadamente depósitos de inertes e de materiais de qualquer natureza ou o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado de acordo com as normas em vigor.

3 — Nestas áreas, sem prejuízo da legislação aplicável, admite-se:

- a) Instalação de infraestruturas públicas, nomeadamente redes de água, saneamento, eletricidade, telefone, gás e rodovias;
- b) Edificações destinadas a acolher atividades realizadas ao ar livre;
- c) Construções de apoio às atividades desenvolvidas nos espaços verdes, desde que:
 - i) O índice de utilização, aplicado à parcela, não seja superior a 0,02;
 - ii) A área de solo impermeabilizada, aplicado à parcela, seja igual ou inferior a 10 %;
 - iii) A altura da edificação não ultrapasse 1 piso acima da cota de soleira ou 5 metros.

d) Nas áreas de estacionamento a criar aplicam-se os parâmetros definidos no artigo 36.º do presente regulamento.

4 — Nestas áreas deve promover-se a efetiva utilização de espécies autóctones e bem adaptadas às condições edafo-climáticas da região.

TÍTULO V

Programação e execução do plano

CAPÍTULO I

Planeamento e gestão

Artigo 32.º

Programação

1 — A programação da execução do plano de urbanização será estabelecida pela Câmara Municipal no plano de atividades municipal, de acordo com os seguintes princípios:

- a) Concretizarem as orientações definidas no Plano Diretor Municipal;
- b) Possuírem caráter estruturante das transformações pretendidas para a área de intervenção do Plano e contribuírem para a sua melhoria funcional e ambiental;
- c) Consolidarem e qualificarem o tecido empresarial e a dinâmica económica da freguesia.

Artigo 33.º

Formas de Execução

1 — A execução do plano processa-se de acordo com o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, devendo no solo urbanizável, a ocupação e transformação do solo ser antecedida por:

- a) Delimitação de unidade de execução;
- b) Operação de loteamento.

2 — Em toda a área abrangida pelo plano, as operações urbanísticas devem cumprir os parâmetros definidos no plano e as operações urbanísticas devem ser realizadas por aplicação de sistemas de execução nos termos do disposto no RJGT.

Artigo 34.º

Sistemas de Execução

A execução do plano far-se-á recorrendo ao sistema de cooperação, sistema de compensação e sistema de imposição administrativa, aplicáveis em função da programação do plano.

CAPÍTULO II

Subunidades Operativas de planeamento e gestão

Artigo 35.º

Identificação

1 — Constituem Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUOPG) as áreas delimitadas na Planta de Zonamento, podendo ser adequadas nos seus limites por razão de operacionalidade de limite de cadastro de propriedade ou à adequação aos objetivos programáticos definidos no presente plano para cada uma daquelas, no âmbito da sua concretização, assumindo, no entanto, essa adequação natureza excecional e limitada.

2 — As SUOPG são dotadas de conteúdos programáticos que orientam e promovem a execução territorial do presente plano e têm como objetivos:

- a) Organizar e desenvolver as atividades de transformação da exploração dos recursos geológicos de uma forma sustentável e adequada à dimensão da estrutura empresarial da freguesia;
- b) Promover a instalação de diversas atividades económicas, de pequena dimensão, em polos onde existam as infraestruturas necessárias a um correto desenvolvimento de atividades;
- c) Potenciar a crescente de melhoria das acessibilidades ao território da freguesia para fomentar a instalação de médias e grandes empresas de comércio e serviços, dotando a freguesia de uma área com boas condições de instalação.

Artigo 36.º

Conteúdos programáticos

Para as subunidades operativas de planeamento e gestão identificadas na Planta de Zonamento, estabelecem-se os seguintes termos de referência assim como os índices e parâmetros de edificabilidade aplicáveis a cada Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão:

1 — SUOPG 1 — Polo Industrial do Granito

a) Objetivos:

- i) Concretizar o desenvolvimento de uma área industrial predominantemente destinada à implantação de oficinas de cantaria que se dedicam à transformação de granitos para diversos fins.
- ii) Preveem-se ainda os usos comercial, de armazenagem e serviços complementares e Infraestruturas.
- iii) Promover locais adequados de deposição de resíduos.

b) Parâmetros urbanísticos, aplicados ao lote:

- i) Os edifícios a definir serão de tipo isolado;
- ii) Índice de utilização máximo do solo de 0,5;
- iii) Altura máxima da fachada de 7,5 metros, salvo em casos decorrentes da atividade específica desenvolvida.

c) Execução:

i) O programa desta subunidade executa-se no âmbito de uma operação de loteamento.

d) No âmbito da execução da subunidade devem ter-se em consideração os seguintes aspetos:

- i) A modelação do terreno e a implantação dos edifícios deve ter em atenção os declives naturais do terreno, a sua vegetação e os leitos de cursos de água que devem ser mantidos ou beneficiados, evitando-se os movimentos de terras que contrariem as melhores condições existentes;
- ii) Promover a correta infraestruturização dos sistemas de drenagem de águas pluviais e de linhas de água, preservando, sempre que possível, o seu percurso natural;
- iii) A urbanização e a edificação desta área só é permitida após a realização da operação de loteamento prevista;
- iv) As atividades industriais a licenciar nesta área dependem da execução da futura ETARI;
- v) Dever-se-á instalar postos de abastecimento de energias alternativas (eletricidade, GPL e biodiesel);
- v) Nos casos em que a área de intervenção da UOPG confina com espaço florestal integrado nas classes de perigosidade de incêndio florestal muito alta ou alta, deverão ser acauteladas as medidas de defesa da floresta contra incêndios;
- vi) Deverá ser estabelecida uma faixa de gestão da floresta, de acordo com a legislação em vigor.

2 — SUOPG 2 — Polo de Atividades Económicas da Presa

a) Objetivos:

i) Criar condições para a localização e implantação de espaços de pequenas e médias dimensões adequados ao desenvolvimento de atividades de escala local;

ii) As atividades previstas serão a atividade comercial, serviços, indústria e armazenagem de escala local, sem prejuízo da implantação de equipamentos ou infraestruturas necessárias ao bom desenvolvimento do polo;

iii) Promover locais adequados de deposição de resíduos.

b) Parâmetros urbanísticos, aplicado ao lote:

i) A tipologia dos edifícios nos lotes pode incluir edifícios em banda e edifícios isolados, a edificar em lotes autónomos;

ii) Índice de utilização máximo do solo de 0,7;

iii) Altura máxima da fachada de 7,5 metros, salvo em casos decorrentes da atividade específica desenvolvida.

c) Execução:

i) O programa desta subunidade executa-se no âmbito de uma operação de loteamento.

d) No âmbito da execução da subunidade devem ter-se em consideração os seguintes aspetos:

i) A modelação do terreno e a implantação dos edifícios deve ter em atenção os declives naturais do terreno, a sua vegetação e os leitos de cursos de água que devem ser mantidos ou beneficiados, evitando-se os movimentos de terras que contrariem as melhores condições existentes;

ii) Promover a correta infraestruturização dos sistemas de drenagem de águas pluviais e de linhas de água, preservando, sempre que possível, o seu percurso natural;

iii) A urbanização e a edificação desta área só é permitida após a realização da operação de loteamento prevista;

iv) Dever-se-á instalar postos de abastecimento de energias alternativas (eletricidade, GPL e biodiesel);

v) Nos casos em que a área de intervenção da UOPG confina com espaço florestal integrado nas classes de perigosidade de incêndio florestal muito alta ou alta, deverão ser acauteladas as medidas de defesa da floresta contra incêndios;

vi) Deverá ser estabelecida uma faixa de gestão da floresta, de acordo com a legislação em vigor.

3 — SUOPG 3 — Polo de Atividades Económicas de Arcozel

a) Objetivos:

i) Desenvolver uma área destinada à instalação de médias e grandes empresas sobretudo na área comercial e dos serviços;

ii) As atividades previstas englobam também a atividade industrial e de armazenagem, podendo também instalar-se equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas adequadas ao desenvolvimento do polo;

iii) Promover locais adequados de deposição de resíduos.

b) Parâmetros urbanísticos, aplicados ao lote:

i) A tipologia dos edifícios nos lotes poderá ser edifícios em banda e edifícios isolados, constituindo lotes autónomos;

ii) Índice de utilização máximo do solo de 0,7;

iii) Altura máxima da fachada de 7,5 metros, salvo em casos decorrentes da atividade específica desenvolvida.

c) Execução:

i) O programa desta subunidade executa-se no âmbito de uma operação de loteamento.

d) No âmbito da execução da subunidade devem ter-se em consideração os seguintes aspetos:

i) A modelação do terreno e a implantação dos edifícios deve ter em atenção os declives naturais do terreno, a sua vegetação e os leitos de cursos de água que devem ser mantidos ou beneficiados, evitando-se os movimentos de terras que contrariem as melhores condições existentes;

ii) Promover a correta infraestruturização dos sistemas de drenagem de águas pluviais e de linhas de água, preservando, sempre que possível, o seu percurso natural;

iii) A urbanização e a edificação desta área só é permitida após a realização da operação de loteamento prevista;

iv) Dever-se-á instalar postos de abastecimento de energias alternativas (eletricidade, GPL e biodiesel);

v) Nos casos em que a área de intervenção da UOPG confina com espaço florestal integrado nas classes de perigosidade de incêndio florestal muito alta ou alta, deverão ser acauteladas as medidas de defesa da floresta contra incêndios;

vi) Deverá ser estabelecida uma faixa de gestão da floresta, de acordo com a legislação em vigor.

4 — SUOPG 4 — Parque Natural e Turístico da Pedra:

a) Objetivos:

i) Este parque tem como principal objetivo a valorização ambiental e paisagística através da exposição permanente da atividade de desenvolvimento pelos artesãos que se dedicam ao trabalho de cantaria;

ii) Preveem-se também as atividades ligadas ao recreio e lazer assim como o desenvolvimento das infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva destinados ao apoio na utilização recreativa e de lazer.

b) Regime:

i) Aplica-se o disposto no artigo 11.º

c) Execução:

A urbanização e a edificação são enquadradas em Unidade de Execução.

Artigo 37.º

Parâmetros de dimensionamento do estacionamento

1 — A largura dos lugares de estacionamento dispostos de forma longitudinal e ao longo dos passeios deverá ser de 2,0 metros, tendo o comprimento de cada lugar uma dimensão de referência de 7,00 metros, exceto em casos excecionais de estacionamento especialmente criado e autorizado para o estacionamento de veículos pesados em que essas medidas deverão ser ajustadas ao tipo de veículos a permitir.

2 — Nas restantes situações cada lugar de estacionamento público deverá ter como dimensões de referência 2,50 por 7,00 metros, valores variáveis em função da largura do acesso e do ângulo de posicionamento.

3 — A dotação de estacionamento a exigir na execução das subunidades operativas de planeamento e gestão previstas será estabelecida em função da área de construção a edificar, de acordo com o definido nos quadros seguintes:

Tipo de ocupação	Estacionamento privado
Comércio e ou Serviços (1) (3)	<p>Ligeiros:</p> <p>1 lugar/50 m² para establ. com a. c. <500 m²</p> <p>1 lugar/30 m² para establ. com a. c. entre 500 m² e 1000 m²</p> <p>1 lugar/25 m² para establ. com a. c. ≥ 1000 m²</p> <p>Pesados:</p> <p>1 lug./500 m² para establ. com a. c., com um mínimo de 1 lugar/lote (a localizar no interior do lote)</p>
Indústria e/ou armazéns (2) (3)	<p>Ligeiros:</p> <p>1 lugar/100 m² a. c.</p> <p>Pesados:</p> <p>1 lugar/500 m² a. c., com um mínimo de 1 lugar/lote</p>

a. c. — Área de construção

(1) Para determinação do estacionamento público, deverá aplicar-se 50 % sobre o cálculo do estacionamento privado.

(2) Para determinação do estacionamento público, aplicar-se-á 20 % sobre o cálculo do estacionamento privado.

(3) O número de lugares referidos localiza-se no interior dos respetivos lotes.

Tipo de ocupação	Arruamentos
Comércio e ou Serviços (1)	Faixa de rodagem maior ou igual a 6,5 m; Estacionamento maior ou igual a 2,15 m; Passeios maiores ou iguais a 2,2 m.
Indústria e/ou armazéns (2)	Faixa de rodagem maior ou igual a 7,0 m; Estacionamento maior ou igual a 2,5 m; Passeios maiores ou iguais a 2,2 m.

TÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 38.º

Vigência

O presente plano entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no *Diário da República*, e tem um prazo de vigência de 10 anos, podendo ser revisto sempre que a Câmara Municipal considere que se tornaram inadequadas as disposições nele consagradas, sem prejuízo do disposto na lei.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

29716 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_29716_1.jpg
29718 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_zonamento_29718_2.jpg
29719 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_zonamento_29719_3.jpg
608706556

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

Aviso n.º 6506/2015

Alteração ao Regulamento Específico das Zonas de Estacionamento Controlado da Praia da Rocha

Isilda Vargues Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Portimão. Torna público, para os devidos efeitos, que a Câmara Municipal de Portimão, na sua reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2015, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a Assembleia Municipal na 2.ª reunião da 2.ª sessão ordinária de 2015, realizada em 21 de maio de 2015, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovaram a alteração ao Regulamento Específico das Zonas de Estacionamento Controlado da Praia da Rocha.

Mais se torna público que este documento pode ser consultado na página da empresa municipal em www.emarp.pt bem como nos serviços de Atendimento da EMARP.

27 de maio de 2015. — A Presidente da Câmara Municipal de Portimão, *Isilda Vargues Gomes*.

308686509

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Regulamento n.º 332/2015

João Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, torna público que, a Assembleia Municipal de Porto de Mós em sessão ordinária realizada em 17 de abril de 2015, aprovou o Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, oportunamente aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 8 de abril de 2015, após terem sido cumpridas as formalidades legais do Código do Procedimento Administrativo.

O Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, ora aprovado, entrará em vigor 15 dias úteis após a sua publicação no *Diário da República*.

11 de maio de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Salgueiro*.

Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Preâmbulo

Considerando que o progressivo aumento do parque automóvel e, conseqüentemente, da procura de estacionamento para satisfação das necessidades, quer das diversas atividades económicas quer da população residente, têm vindo a agravar a situação de estacionamento de viaturas dentro das zonas urbanas mais densas, dada a impossibilidade real de oferta de lugares condizente com a procura.

Considerando a necessidade de proceder a uma regulamentação municipal sobre a matéria, tendo como objetivo dotar a vila de Porto de Mós de um instrumento que possa contribuir para uma maior capacidade do município ao nível da gestão dos estacionamentos, em particular, e da mobilidade viária interna, em geral.

Considerando que, no caso concreto da disciplina do estacionamento à superfície, a existência de normas equitativas e adequadas às situações vividas no dia a dia, irá permitir uma maior concretização do bem-estar das populações, sua mobilidade e, por conseguinte, da sua qualidade de vida.

Considerando as alterações ao Código da Estrada entretanto verificadas, que vieram introduzir algumas modificações no âmbito das competências dos municípios, nomeadamente ao determinarem que estes passassem a regulamentar e fiscalizar as zonas de estacionamento de duração limitada, procedendo ao levantamento de autos de notícia por infrações nelas ocorridas.

Considerando que este Regulamento Municipal se integra num conjunto mais vasto de medidas regulamentares que o Município de Porto de Mós tem vindo, e continuará a implementar, no sentido de proporcionar aos cidadãos melhores condições de mobilidade, estacionamento e, conseqüentemente, de qualidade de vida urbana.

Considerando que, nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril, as condições de utilização e taxas devidas pelo estacionamento são aprovadas por regulamento municipal.

Sobre o projeto do presente Regulamento, deverão ser ouvidos, nos termos do disposto no artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, a Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor (DECO), a Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós (ACILIS), a Guarda Nacional Republicana de Porto de Mós (GNR) e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT).

O mesmo projeto deve ser objeto de apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, por 30 dias contados da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*, para posterior aprovação pelos órgãos competentes para o efeito.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento define as normas aplicáveis ao estacionamento de duração limitada nas vias e espaços públicos viários constantes do Anexo I que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

Zonas de estacionamento de duração limitada — Vias e espaços públicos viários devidamente sinalizados nos termos da lei aplicável, onde apenas é permitido o estacionamento, gratuito ou tarifado, em determinados períodos de permanência e em que existam limites máximos de tempo de permanência dos veículos.

Lugar de estacionamento de duração limitada — Espaço à superfície demarcado através de sinalização vertical e/ou horizontal, com identificação do respetivo regime de utilização e cuja duração é limitada e registada por um dispositivo mecânico ou eletrónico, prévia e obrigatoriamente acionado pelo utente.

Zonas especiais de estacionamento — Vias e espaços públicos viários com características de exploração diferenciadas inseridas em zonas de estacionamento de duração limitada.

Residentes — Pessoas singulares proprietárias, adquirentes com reserva de propriedade ou aluguer de longa duração cujo domicílio principal e permanente onde mantêm estabilizado o seu centro de vida familiar se situe numa zona de estacionamento de duração limitada.